



**ATA DA 64ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO COMITÊ DE  
GERENCIAMENTO DA BACIA DO RIO ARARANGUÁ E AFLUENTES  
CATARINENSES DO MAMPITUBA**

**DATA:** 15/08/2023 (Terça-feira).

**HORÁRIO:** 13 horas e 30 minutos, com 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das organizações-membro ou na falta de quórum necessário, em segunda convocação, às 14 horas, com 1/3 (um terço) das organizações-membro.

**LOCAL:** Rua Marcos João Patrício, s/n, bairro Barranca, Araranguá/SC, no Centro de Treinamento de Araranguá - CETRAR/EPAGRI.

**PAUTA:**

1. Discussão e aprovação da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 25/05/2023;
2. Ratificação da Resolução *ad referendum* da presidente do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba nº 006/2023, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais – CTIL;
3. Ratificação da Resolução *ad referendum* da presidente do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba nº 007/2023, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Capacitação em Recursos Hídricos – CTCRH;
4. Ratificação da Resolução *ad referendum* da presidente do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba nº 008/2023, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Mediação de Conflitos e Recursos Hídricos – CTMC;
5. Discussão e aprovação do Regimento Interno das Câmaras Técnicas;
6. Discussão e aprovação da Resolução nº 010/2023, que estabelece as diretrizes para mediação e arbitragem de conflitos pelo uso da água;
7. Ratificação da Resolução *ad referendum* da presidente do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba nº 009/2023, que reconhece o Fórum Catarinense de Comitês da Bacia Hidrográfica (FCCBH) como legítimo representante dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado de Santa Catarina nas pautas de cunho coletivo comum;
8. Indicação dos representantes do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba no Comitê Técnico-Científico da Defesa Civil;
9. Informes sobre a metodologia da Capacitação sobre Enquadramento dos Corpos de Água;
10. Assuntos Gerais e;
11. Encerramento.

**MEMÓRIA DA REUNIÃO:**

No décimo quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, no endereço Rua Marcos João Patrício, s/nº, bairro Barranca, Araranguá/SC, no Centro de Treinamento de Araranguá - CETRAR/EPAGRI, em segunda convocação, com a representação de 24 organizações-membro, reuniu-se a plenária do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Araranguá e Afluentes





Catarinenses do Rio Mampituba, conforme lista de presença arquivada na secretaria executiva deste Comitê, em sua 64ª Assembleia Geral Ordinária. A reunião foi conduzida pela presidente Eliandra Gomes Marques. Seguindo para o primeiro item de pauta: 1) Discussão e aprovação da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 25/05/2023. Conforme decidido em assembleia anterior, a ata não seria mais lida durante a reunião, mas enviada previamente, exceto se algum membro solicitasse procedimento distinto. O sistema de votação foi definido logo no início por cartelas coloridas a ser apresentado quando solicitado, sendo verde para favorável, vermelho para contrário e amarelo para abstenção. A aprovação da ata obteve 24 votos favoráveis, sendo por unanimidade. Logo em seguida, procedeu-se à votação de ratificação das resoluções sobre as composições das câmaras técnicas: 2) Ratificação da Resolução *ad referendum* da presidente do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba nº 006/2023, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais – CTIL, sendo aprovada por unanimidade, com 24 votos; 3) Ratificação da Resolução *ad referendum* da presidente do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba nº 007/2023, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Capacitação em Recursos Hídricos – CTCRH, sendo aprovado por 22 votos; 4) Ratificação da Resolução *ad referendum* da presidente do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba nº 008/2023, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Mediação de Conflitos e Recursos Hídricos – CTMC, que foi aprovado com 22 votos. Logo em seguida, passou-se ao item 5) Discussão e aprovação do Regimento Interno das Câmaras Técnicas, cujo a minuta foi previamente analisada pelas três Câmaras Técnicas com seus pareceres favoráveis (pareceres nº 1, 2 e 4), sendo aprovado com 22 votos. Na sequência, foram expostos os pareceres (nº 3 e 5). emitidos pelas Câmaras Técnicas referentes ao item 6) Discussão e aprovação da Resolução nº 010/2023, que estabelece as diretrizes para mediação e arbitragem de conflitos pelo uso da água. Antes da votação desse item, a Técnica Sabrina Baesso Cadorin, do Profor Águas/UNESC, apresentou com detalhes a Resolução, mostrando um fluxograma administrativo iniciando com a demanda recebida pelo Secretário Executivo, encaminhando para Presidência que por sua vez encaminharia à CTMC. Uma nova metodologia será elaborada para arbitragem de conflitos, a ser concluída em novembro. Destaca-se que a resolução é personalizada para o Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba. A CTIL e a CTMC elaboraram anexos com contatos, síntese e estágio do conflito, presentes no Anexo 1. Antes de ir para a CTMC, a CTIL revisou o documento. O Sr. Daniel Pazini Pezente (SATC) questionou sobre a validade jurídica da mediação de conflitos. O Sr. Sérgio Marini (ADISI) afirmou que, sim, há validade e que os conflitos, após solucionados ou não, passarão por aval do Ministério Público ou órgão jurídico similar, seja por acordo amigável, TAC ou ação judicial. O Sr. Juliano Mondardo Dal Molin (FUNDAVE), vice-presidente, reafirmou a situação. O Sr. Marini relatou o caso SETEP no Rio Manoel Alves, quando houve uma mediação que resultou em acordo amigável, não requisitando ação judicial, por





exemplo. O Sr. Dion Elias Ramos de Oliveira (ARASUL) mencionou a importância do preenchimento dos anexos e afirmou que as mediações não são decisões jurídicas, mas terão peso jurídico em uma ação judicial. Na mediação do conflito, é relevante que a ata seja adicionada ao licenciamento do órgão ambiental correspondente, de acordo com a Sra. Lara Possamai Wessler. O Sr. Cláudio Beneton Zilli (ACIC) questionou se é uma nova elaboração ou renovação das existentes. Caso seja renovação, menciona que é importante a revogação da anterior. A Técnica Sabrina afirmou que o art. 9ª da Resolução em discussão revoga a anterior, Resolução nº 02 de 16 de março de 2017. Colocada, então, em votação, a Resolução nº 10 foi aprovada com 23 votos. Na sequência, passou-se ao item 7) Ratificação da Resolução *ad referendum* da presidente do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba nº 009/2023, que reconhece o Fórum Catarinense de Comitês da Bacia Hidrográfica (FCCBH) como legítimo representante dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado de Santa Catarina nas pautas de cunho coletivo comum. Sobre esse tema, a presidente Eliandra comentou que está participando e que a interação com os demais comitês é fundamental por suas peculiaridades e experiências. Informou ainda que esta resolução será encaminhada à SEMAE. Colocada em votação, a ratificação foi aprovada por 23 votos. Em seguida, a presidente mencionou sobre a cartilha elaborada pelo FCCBH a ser lançada no ENCOB, sendo uma apresentação de cada comitê, e que o atual presidente do Fórum conseguiu patrocínio para sua impressão. O Sr. José Carlos Virtuoso, do Profor Águas, manifestou apoio à articulação entre os comitês, mencionando sua experiência como membro e coordenador geral do Fórum entre 2014 e 2016. Disse que o Fórum é uma ponte política com o Estado. O Sr. Marini disse ainda que é importante manter o Fórum informado sobre o Comitê. Passou-se, na sequência, ao item 8) Indicação dos representantes do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba no Comitê Técnico-Científico da Defesa Civil. A esse respeito, a presidente contextualizou a origem e formação do Comitê recém-criado da Defesa Civil regional Criciúma e que o Comitê da Bacia foi convidado, mencionando as entidades participantes, sendo os órgãos de segurança pública estaduais, instituições de ensino e a inclusão dos Comitês. Foram apresentadas, pela presidente, as indicações do Sr. Maurício Thadeu Fenilli de Menezes (DMACRI), como titular, e o Sr. Juliano como suplente. O secretário-executivo, Maurício, fez uma breve síntese sobre o histórico e a importância da participação. Não houve votação, pois se tratava de indicação realizada pela Presidência. Em seguida, iniciou-se a apresentação do item 9) Informes sobre a metodologia da Capacitação sobre Enquadramento dos Corpos de Água. Foi explanado sobre a 2ª capacitação, intitulada “Enquadramento de Corpos d’Água” a ser ministrada pela Engª. Raíza Cristovão Schuster, Chefe da Divisão de Planejamento e Gestão do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento – SEMA/RS. A data provável de realização seria 12 de setembro, sem horário definido, a ser confirmada pela palestrante. Reforçou-se a importância da participação pelos membros. Após as demais pautas concluídas, passou-se ao item





10) Assuntos Gerais. Informou-se que o Comitê recebeu a solicitação para participação do Grupo Técnico de Assessoramento (GTA) da ACP do Carvão. O vice-presidente Juliano manifestou interesse na participação. A Técnica Sabrina indicou a manutenção dos nomes do Prof. Carlyle Torres Bezerra de Menezes (UNESC) e Prof. Yasmine de Moura da Cunha (UNESC), que já são indicações anteriores. O Prof. Carlyle mencionou que não se sentiria confortável em participar, pois atualmente é Coordenador Geral do Profor Águas, ligado à universidade, enquanto anteriormente representava unicamente o Comitê, abrindo mão de sua indicação. A professora Yasmine agradeceu a indicação, mas gostaria de sugerir uma renovação. Maurício fez um convite aos membros e falou da importância na participação. O Sr. Marini falou sobre a restrição em participar, pois deveria ser alguém da área técnica de engenharia e/ou meio ambiente. Após diversos convites por parte dos participantes, a professora Yasmine manteve-se como membro, e também se candidatou o Claudio Beneton Zilli. Os três receberam aprovação por aclamação. Em seguida, abriu-se espaço para um novo tema. A presidente Eliandra falou sobre sua participação na ONG Aguapé e informou sobre uma empresa de saneamento de Sombrio, a ser instalada em Santa Rosa do Sul, e que os moradores estão profundamente preocupados com a instalação no município, principalmente pela proximidade da Lagoa. A ONG obteve por meio de uma parceria com a UFSC por meio da análise do solo, da Avaliação de Área de Risco da Defesa Civil e também uma petição via Avaaz com mais de 2 mil assinaturas, estando em amplo diálogo com o MPSC, inclusive a promotora estará presente em uma vistoria. A ONG afirmou ser uma área ambientalmente importante com nascentes e cursos d'água que vêm a desaguar na Lagoa de Sombrio. A Sra. Derli Zorzetto disse que o Comitê não deve interferir, pois já houve aprovação do órgão ambiental. O vice-presidente Juliano disse que seria importante conhecer o processo. A Polícia Militar Ambiental, por meio do Sr. Rosinei Freitas da Rosa, comentou sobre o caso da ECOFAQ em Cocal do Sul que, embora tenha licenças ambientais, por diversas vezes, descumpriu as condições e promoveu problemas ambientais, requerendo intervenção do Sr. Rosinei (PMA) e da extinta FUNDAC. A Técnica Ana Paula de Matos afirmou que há um curso d'água constante no banco de dados e que, possivelmente, há nascentes e ainda envolve fatores socioeconômicos e ambientais. Disse que ali são só restaurantes da cidade além de carcinicultura. O Sr. Marini questionou como foram obtidas as licenças e se foram obtidas realmente limita o Comitê na mediação. O Sr. Rosinei, da PMA, disse que não cabe ao Comitê impedir, mas, essencialmente, acompanhar. O Sr. Roger Santos Maciel (Prefeitura de Passo de Torres) falou sobre o Marco de Saneamento e sobre a importância do tratamento e que a empresa é importante desde que cumpra regularmente as condicionantes, mas compete ao Comitê se manifestar sobre a Lagoa, pois é indispensável saber para onde vai a água tratada. O Prof. Carlyle enfatizou que a empresa tratará efluente doméstico, mas também resíduo industrial e mesmo que se recupere 97% da água, esses 3% restantes podem ser perigosos. A presidente Eliandra destacou que não é





contra o saneamento, mas não concorda com a localização do empreendimento. O Sr. Rosinei, da PMA, destacou que sua previsão é que a Lagoa será tomada por banhados e braquiárias. A presidente destacou que a Aguapé deseja que o Comitê realize o acompanhamento. O Sr. Marini disse que o ideal não seria votar para acompanhar ou não agora, pois esse assunto chegou apenas agora ao Comitê. O Sr. Dion disse que não é uma questão de deliberação, mas sim de acompanhamento. Sabrina informou que tem informações do processo e que foi solicitado ao IMA pelo Comitê. A presidente, então, questionou para votação sobre o acompanhamento, sendo 21 favoráveis e 1 abstenção. A presidente comentou sobre o Fórum, mas essencialmente já foi apresentado no ato de votação da Resolução nº 009. O Sr. Marini atualizou o Comitê acerca de uma reunião do IMA sobre licenciamento de rizicultura. Nesta reunião, esteve presente também o vice-presidente Juliano. Ele comentou que a Instrução Normativa (IN) atual é inviável para os rizicultores e que está sendo construída uma nova resolução. O Sr. Dion disse que a ARASUL também gostaria de receber o convite para as próximas. A presidente Eliandra e o vice-presidente Juliano explicaram que a reunião foi demandada pela ADISI e que o Comitê foi como convidado. A técnica Sabrina pediu para que todos que se envolverem em eventos do tipo, além de apresentar sua entidade, também mencionem o Comitê e avisem, para que o Comitê dê registro e possivelmente publicidade. Também foi comentado sobre o desaparecimento dos documentos e histórico das mediações de conflitos realizadas pelo Comitê desde seu início até o fim da gestão anterior. A presidente mencionou que estes documentos foram procurados por toda a equipe do Profor Águas e de Diretoria na sede do Comitê, inclusive no local indicado pela Sra. Michele Pereira, ex-técnica da AGUAR na última reunião on-line, e que estes não foram encontrados. Na esperança de que talvez estivessem na sede da AGUAR a presidente Eliandra, o secretário-executivo Maurício, a técnica Sabrina e o Sr. Marini, que sempre participou na mediação nos conflitos, foram na sede da AGUAR em Jacinto Machado, SC, e não encontraram o histórico e documentos referente à mediação de conflitos já realizada pelo Comitê. Durante a verificação na sede da AGUAR esteve o seu presidente o Sr. Antônio José Porto (Toninho), que acompanhou toda a verificação. A Sra. Luciana Ferro Schineider (EPAGRI) mencionou que todos os conflitos mediados foram registrados em ata e que o drive fornecido pela Sra. Michele não possuía nenhum. A presidente mencionou que cobrou da gestão anterior a documentação da gestão anterior. O ex-presidente Lourenço Paim Zanette (CASAN) afirmou que cobrou da Sra. Michele, ex-funcionária da AGUAR, e ela disse que possuía documentos do Comitê, sem especificar quais, mas que não forneceria por tratar-se de sua propriedade intelectual. O Sr. Marini mencionou que mediou 14 (quatorze) conflitos e todos eles foram feitos registros, atas, documentos e listas de presentes. Citou que o caso de dezembro de 2012 da JBS, no verão, foi possível recuperar parcialmente alguns, pois havia cópias com ele, mas, não os documentos originais. Foi perguntado se a AGUAR ainda existia. A presidente comentou que essa





entidade não poderia ser fechada por problemas na prestação de contas junto ao Governo do Estado. A Sra. Yasmine tentou esclarecer sobre a prestação de contas. Disse que realmente foi complicada, pois os técnicos do governo do Estado orientavam o Comitê de como proceder e depois cobravam aspectos não coerentes conforme o que fora orientado. Disse que a prestação de contas foi muito dificultada pela inconstância das exigências do governo. A Sra. Luciana disse que presenciou a última reunião e que o regulamento também era inconsistente e que desconsideravam notas por simples riscos ou vírgulas. O Sr. Marini relatou sobre a situação do Sr. Toninho que estava como presidente da AGUAR, mas, que seu mandato já deveria ter sido encerrado e que não conseguiam, pois, as tentativas de Assembleia não atingiam quórum. A Sra. Lara relatou a situação do Comitê Urussanga, do qual é presidente, e reclamou também da mudança frequente quanto ao procedimento da prestação de contas. Falou que era importante formalizar para a AGUAR sobre a documentação para pelo menos isentar a atual gestão quanto ao desaparecimento dos documentos. Após encerrado o assunto, a presidente mencionou que foi contatada pelo vereador Marcos Macedo, de Forquilha, e que um grupo de vereadores deste município estava presente na assembleia do Comitê para falar sobre o desassoreamento do rio Sangão. Estivavam presentes cinco vereadores, além de moradores da comunidade atingida pelas enchentes/inundações. A vereadora visitante, Marilda Casagrande, apresentou a Comissão de Desassoreamento e Recuperação do rio Sangão, que trata sobre os desastres relacionados ao rio. A Sra. Ingrid, moradora, relatou sobre o sofrimento da população e pediu apoio, pois o projeto de desassoreamento abrange somente 8 km e não toda a extensão do rio, o que segundo ela seria o necessário. O vereador Idelci disse que veio de um dos bairros mais atingidos pela inundação. A Sra. Ingrid informou que é bióloga e falou que a execução é organizada pela Prefeitura de Forquilha e que o recurso veio da Defesa Civil (50%) e do município (50%). O Sr. Carlyle se apresentou, disse que participou de reuniões sobre o desassoreamento, falou do projeto que está sendo realizado pelo IPARQUE/UNESC e explanou brevemente sobre a problemática da deposição do rejeito a ser removido. O Sr. Ricardo Vicente (SIECESC), o Sr. Carlyle e a Sra. Ingrid falaram das dificuldades de acesso do maquinário para execução. A Sra. Ingrid falou que a intenção não é somente desassorear o rio por completo (25 km), mas também retificar o rio, diminuindo ou acabando com as curvas (meandros). Nada mais havendo a tratar, às dezessete horas, a referida Assembleia Geral Ordinária foi encerrada e eu, Maurício Thadeu Fenilli de Menezes, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada, acompanhada da lista de presença.

**Eliandra Gomes Marques**  
Presidente do Comitê Araranguá e  
Afluentes do Mampituba

**Maurício Thadeu Fenilli Menezes**  
Secretária Executiva do Comitê  
Araranguá e Afluentes do Mampituba

